



Além da edição impressa, as notícias do Agronegócio são publicadas diariamente no site do JC. Aponte a câmera do celular para o QR Code e acesse. www.jornaldocomercio.com/agro



Plano Safra da Agricultura Familiar terá R\$ 89 bilhões

Programa neste ano foca na produção de alimentos com juros baixos

Claudio Medaglia
claudiom@jcrs.com.br

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2025/2026 destinará R\$ 89 bilhões para fortalecer o setor produtivo rural de base familiar no Brasil. O detalhamento da destinação dos recursos foi apresentado ontem pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, em evento que contou com a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Desse total, R\$ 78,2 bilhões correspondem ao orçamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), principal fonte de financiamento do segmento, que completa 30 anos nesta edição. Os recursos contemplam linhas de crédito para custeio, investimento, comercialização e apoio a práticas sustentáveis, além de programas de assistência técnica, seguro agrícola e política de preços mínimos.

Do montante reservado ao Pronaf, R\$ 40,2 bilhões serão destinados às operações de custeio e R\$ 37,9 bilhões aos investimentos. O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) priorizou a manutenção de juros mais baixos para alimentos básicos, sistemas agroecológicos e ações que promovem segurança



Pronaf, que completa 30 anos em 2025, contará com R\$ 78,2 bilhões

alimentar e climática. As taxas variam conforme a finalidade do crédito, com condições mais vantajosas para quem produz alimentos destinados ao consumo interno.

As menores taxas seguem para o custeio de itens da cesta básica, como arroz, feijão, leite, hortaliças e frutas frescas, que terão juros de 3% ao ano. Quando a produção for agroecológica, orgânica ou associada à sociobiodiversidade, a taxa cai para 2% ao ano. Essas condições também se aplicam ao custeio de sementes crioulas e sistemas sustentáveis de produção.

O Novo Pronaf B Agroecologia, voltado ao microcrédito para transição agroecológica e fortale-

cimento da agricultura familiar de base ecológica, oferece até R\$ 20 mil com taxa de apenas 0,5% ao ano. Além disso, produtores que pagarem em dia recebem bônus de adimplência de até 40%. Nas linhas de investimento, o Programa Mais Alimentos, que financia a aquisição de máquinas, equipamentos e estruturas para produção e beneficiamento, também manteve taxas acessíveis. Máquinas de pequeno porte, com valor de até R\$ 100 mil, poderão ser financiadas com juros de 2,5% ao ano. Já para equipamentos de maior porte, até R\$ 250 mil, a taxa será de 5% ao ano. No encontro, Lula fez questão de ressaltar a importância que dá à intensificação do processo de mecanização das pequenas propriedades rurais e o esforço do governo para manter taxas reduzidas como forma de manter a acessibilidade aos agricultores.

O governo ainda criou uma nova faixa de financiamento para o custeio de culturas como milho, café, uva e frutas de inverno – produtos voltados ao mercado interno e considerados estratégicos para a segurança alimentar. A taxa de juros dessa nova modalidade será de 6,5% ao ano. Por outro lado, cultivos de commodities produzidas por agricultores familiares, como a soja, o milho voltado à exportação e a pecuária de corte, terão juros mais elevados. Nesses casos, a taxa será de 8% ao ano, acima dos 6% aplicados na safra anterior. A medida busca concentrar os subsídios nas produções mais sensíveis e ligadas ao abastecimento interno.

Em todas as modalidades, o limite de crédito por produtor é de até R\$ 250 mil.

Fetag-RS reconhece avanços, mas alerta para riscos de execução

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag-RS) classificou o Plano Safra da Agricultura Familiar 2025/2026 como equilibrado dentro da atual conjuntura econômica, mas alertou para entraves que podem comprometer sua efetividade. O presidente da entidade, Carlos Joel da Silva, apontou que, apesar de avanços importantes conquistados nas negociações com o governo federal, o acesso dos agricultores aos recursos depende da resolução de pendências cruciais.

“Melhorou bastante em relação ao que era. Conseguimos avanços como o aumento do limite para regularização fundiária, de R\$ 10 mil para R\$ 30 mil, e da habitação, de R\$ 70 mil para R\$ 100 mil, além da criação de novas linhas, como o Pronaf Conectividade Rural e o Pronaf Adaptação às Mudanças Climáticas. Mas sem resolver o endividamento e garantir a equalização dos juros, muitos produtores continuarão de fora”, avaliou.

A Fetag-RS destaca que o volume total de recursos do plano aumentou 3,9%, passando de R\$ 85,7 bilhões para R\$ 89 bilhões. Já o Pronaf, principal fonte de crédito para pequenos agricultores, cresceu 2,9% e soma R\$ 78,2 bilhões. Entre os avanços técnicos estão também o aumento no teto de investimento com juros de 2,5% (de R\$ 50 mil para R\$ 100 mil) e o estímulo à bioeconomia, agroecologia e acessibilidade no meio rural.

Por outro lado, a elevação das taxas de juros para áreas estratégi-

cas, como soja e pecuária de corte (de 6% para 8% ao ano), e para a aquisição de reprodutores e veículos, foi alvo de crítica. “A soja se transforma em leite e carne, é a base de muitas propriedades. Subir os juros para 8% é pesado para a agricultura familiar”, afirmou o dirigente. Outro ponto de preocupação é a demora na publicação da portaria que define os valores da equalização das taxas de juros. “Podem anunciar R\$ 89 bilhões, mas se não tiver dinheiro suficiente para a equalização, o recurso não chega na ponta.”

A Fetag também reivindica o aumento do limite de enquadramento no Pronaf, hoje defasado diante da inflação e da profissionalização das propriedades familiares. Para o dirigente, o sucesso do novo plano passa pela retomada da capacidade de investimento dos agricultores. “Sem resolver o passivo das dívidas, muitos não vão conseguir acessar nada.”

Para o presidente da Frente Parlamentar da Agricultura Familiar no Congresso, deputado federal Heitor Schuch, faltou um gesto concreto para os agricultores que perderam suas safras com a estiagem no RS. Um desconto no crédito rural para esses produtores seria essencial neste momento”, apontou. O deputado também demonstrou preocupação com a baixa oferta de garantia para os financiamentos. Segundo ele, o subsídio anunciado, de R\$ 1,1 bilhão, é pequeno e pode não ser suficiente para que os bancos liberem os recursos.

Plano Safra da Agricultura Familiar 2025/2026

| | |
|---|---|
| Valor total | R\$ 89 bilhões |
| Pronaf | R\$ 78,2 bilhões |
| Custeio | R\$ 40,2 bilhões |
| Investimento | R\$ 37,9 bilhões |
| Juros equalizados | R\$ 43,4 bilhões |
| Custeio | R\$ 16,6 bilhões |
| Investimento | R\$ 26,8 bilhões |
| Juros controlados | R\$ 34,7 bilhões |
| Limite de crédito | R\$ 250 mil por produtor |
| Taxas de Juros | |
| Produção de alimentos | 3% ao ano (2% agroecologia/orgânicos) |
| Agroecologia (Novo Pronaf B) | 0,5% ao ano (até R\$ 20 mil + bônus de adimplência) |
| Máquinas até R\$ 100 mil | 2,5% ao ano |
| Máquinas até R\$ 250 mil | 5% ao ano |
| Milho, café, uva e frutas de inverno | 6,5% ao ano |
| Commodities | 8% ao ano |



Sem equalização, recurso não chega na ponta, destaca Joel

METROPLAN
Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional

COMUNICADO

A Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional – METROPLAN, no uso de suas atribuições legais, conforme o Art. 62 do Decreto nº 39185/98 e mediante Resolução Homologatória do Conselho Superior da AGERGS RED Nº 816/2025 de 26 de junho de 2025; informa que à zero hora de sábado, 05 de Julho de 2025 serão reajustadas as Tarifas para as linhas Comuns em 8,0084% e as tarifas para as linhas do Executivo, Semi-Direto, Direto e Seletivo em 5,0929% da Região Metropolitana de Porto Alegre –RMPA. Porto Alegre, 01 de julho de 2025.
Francisco Hörbe
Diretor Superintendente METROPLAN